

# ⓪ Sagrado e o Profano



HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1986

Lucienne Domergue, *Le Livre en Espagne au temps de la Révolution Française*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1984, 309 pp.

Estamos perante um sério exemplo de como as comemorações dos centenários podem suscitar novas (re) leituras e perspectivas de investigação: no fundo, o «fazer» e o «refazer» da História. É esse o caso deste sugestivo livro que aproveita a comemoração do próximo bicentenário da Revolução Francesa para nos mostrar como se processou em Espanha a recepção dos acontecimentos franceses de 89 e dos seus ideais.

A Autora, que pertence à Universidade de Toulouse — Le Mirail é especialista em estudos sobre a censura e sobre o comércio dos livros. A obra que agora publica está, pois, em consonância com essa linha de investigação. Logo na introdução marca muito claramente o seu objectivo e o plano que vai seguir: «C'est l'histoire de cette nouvelle alliance entre le pouvoir et le Saint-Office, née dans les éclairs de la Révolution Française, que nous allons évoquer dans les pages qui suivent... L'Espagne n'étant pour l'heure, et sur le plan idéologique tout au moins, qu'une caisse de résonance, ce sont les grandes étapes de la politique française qui se sont imposées à nous» (p. 7). A obra é depois dividida em três partes: na primeira, analisa a atitude espanhola face à primeira revolução francesa (1789-1792); na segunda, aborda a propaganda monarquista e a censura anti-revolucionária na Convenção (1792-1795); e finalmente, na terceira parte, mostra qual o papel atribuído à Inquisição, que ao lado da censura prévia, combatem a penetração da ideologia revolucionária.

Perante os acontecimentos de 89, o governo espanhol adopta desde logo uma estratégia — a do silêncio. Nada se sabe, nem nada se diz sobre o que se passa em França. Mas, como se compreende, essa atitude não se revelou duradoura: a penetração dos livros e das ideias fazia-se apesar da proibição. Daí o recurso governamental à censura prévia (dos livros) que mancomunada com a Inquisição, estabelecem um verdadeiro «cordão sanitário» visando assim impedir toda e qualquer propagação das ideias da Revolução. Vejamos o que nos diz a esse propósito: «Le pouvoir donne plutôt l'impression de n'avoir pas su à quel saint se vouer. Floridablanca, le tenant du mutisme absolu, est le premier à déclarer bien haut, par voie de décret, que tel livre pernicieux vient d'être saisi. Le Grand Inquisiteur, pour sa part, lance dans le préambule de l'édit de décembre 1789 une vraie déclaration de guerre contre les nouveaux impies. Même quand l'union sacrée a été scellée, lui et le ministre se battent d'abord en ordre dispersé. Les responsables de Madrid en fait

essaieront jusqu'au bout, successivement, voire en même temps, les deux manières: conspiration du silence et virulente propagande anti-révolutionnaire... A lui seul, cet arsenal prohibitif montre aussi que la Révolution ne fut jamais disposée à se laisser trapper outre-Pyrénées» (p. 198).

A Inquisição impediu que em Espanha se esboçasse claramente a tendência no sentido da liberdade de pensamento já em curso em Inglaterra e na França, nos séculos XVII e XVIII. Em Espanha, só em 1808 «la Liberté fera fureur». Lucienne Domergue fala-nos também a concluir de um dos traços característicos mais importantes da história peninsular — o do «atraso» e da «timidez» das *Luzes*, apoiando-se na opinião abalizada de J. A. Maravall: «Dans le contexte, il suffit du traumatisme révolutionnaire pour faire, sous Floridablanca, basculer le pays dans l'immobilisme. La réaction devant les risques d'infiltrations subversives eut raison un temps de la balbutiante conscience bourgeoise, des aspirations, plus au moins formulées, à une nouvelle forme de politique. Phénomène sans égal parmi les nations européennes, et c'est alors que Maravall situe le blocage, la paralysie intellectuelle qui sonnait le glas des 'Lumières', consommant l'échec d'un siècle qui avait été longtemps plein d'espoir; un grand siècle colonial, une phase de récupération démographique et économique, une remise à l'heure des mentalités et, selon les écrivains, un nouvel âge d'or.... Le XIX<sup>e</sup> siècle, qui prend son essor aux Cortès de Cadix, pourra-t-il jamais retrouver cette ligne sereinement ascendente? C'est douteux: au cours de ses décennies, tour à tour stagnantes ou agitées qui voient se consommer la perte d'un empire et s'installer l'exploitation systématique, au profit de l'étranger, de la péninsule elle-même, l'Espagne manqua sans doute, comme on l'a dit, *le rendez-vous de la modernité* (p. 200).

Ao concluirmos a leitura deste sugestivo trabalho somos levados a pensar na história portuguesa dos finais do século XVIII e inícios do XIX: aqui também a Inquisição e o governo (sobretudo através da eficaz actuação do Intendente da Polícia, Pina Manique) tomaram parte activa no combate à penetração das novas ideias propaladas pelas *Luzes* e pela Revolução, fazendo publicar editais com listas de obras cuja leitura e posse era proibida, procedendo a perseguições e a prisões. Paralelismo histórico? Pelo menos e por agora, podemos afirmar que há certos traços que são comuns à história dos dois países ibéricos, apesar de algumas diferenças. O que nos leva a desejar que também a realização de actos comemorativos sobre a Revolução Francesa em Portugal (alguns já em curso), possa vir a contribuir com estudos sérios sobre essa temática tal como este que aqui referenciamos.

E dizemos sério porque a obra em análise apresenta ainda algumas particularidades, para além do estudo, que facilitam a sua compreensão. Referimo-nos aos anexos documentais que transcreve, à bibliografia e cronologia que apresenta e até ao quadro comparativo final entre a política francesa, a política espanhola, as relações hispano-francesas e a legislação sobre a imprensa espanhola. Um único reparo de ordem formal: num estudo desta natureza e especificidade, as notas não deviam ser apresentadas no final do texto.

*Isabel Nobre Vargues*

Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, 303 pp.

O livro recentemente publicado pelo Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra dependente do Instituto Nacional de Investigação Científica e da autoria do Prof. Doutor Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, representa mais um contributo fundamental para a História da Educação no nosso país. De resto, a temática educacional e pedagógica tem sido área de investigação privilegiada por parte daquele Autor. Permitimo-nos recordar aqui alguns dos seus anteriores estudos, não menos interessantes, nesse domínio: *Estudos para a História da Educação em Portugal no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980; *O Marquês de Pombal e as reformas do Ensino*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982 e *Estudos de História e Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1984.

Neste seu último livro o Prof. Ferreira Gomes publica, tal como o título sugere, os Relatórios anuais do Conselho Superior de Instrução Pública saídos entre 1844 e 1859. Logo na introdução recorda o seu Autor que se trata de uma reedição. Com efeito, em 24 de Janeiro de 1854, é o próprio Conselho Superior que solicita, ao Ministro do Reino, autorização para tornar públicos os seus relatórios anuais na revista de Coimbra, *O Instituto*. E entre 1852 e 1859 este jornal cumpriu esse encargo.

Mas não se trata de uma simples reedição a que agora se fez: porque os relatórios publicados no *Instituto* apresentavam lacunas, o Prof. Ferreira Gomes socorreu-se do manuscrito — existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério da Administração Interna, vol. 192 — o qual também não estava isento de falhas. No estudo introdutório, cotejando os